

OpiniãoND

EDITORIAL

Lula diplomado: é hora de virar a página

A diplomação do presidente eleito Luiz Inácio da Silva (PT) e do vice Geraldo Alckmin (PSB), em solenidade comandada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília, marca o fim do processo eleitoral e a sucessão de Jair Bolsonaro (PL), a partir de 1º de janeiro, com a posse do novo ocupante do Palácio do Planalto. É um ponto final num processo que dividiu o país, que gerou protestos e que mantém militantes nas ruas inconformados com o resultado das urnas.

O processo eleitoral, agora validado pelo TSE, reconhece a vitória da chapa de Lula, que chega ao poder no seu terceiro mandato com promessas de fazer um país melhor, mais justo e igualitário. Em qualquer democracia, o exercício do voto é fundamental, pois concede ao eleitor o poder de decidir, de exercer a plena cidadania. A vitória de Lula sobre Bolsonaro encerra um novo capítulo da política brasileira. É hora de apaziguar o país, de pôr fim ao revanchismo, de voltar à normalidade institucional.

O presidente Lula assume compromissos, declarando publicamente governar para os mais carentes, promover conquistas sociais, incrementar a economia e viabilizar reformas necessárias que ainda não saíram do papel. Com certeza, pretende deixar o seu legado para a história, possibilitando um governo mais próximo do cidadão, com claro viés social.

O presidente Bolsonaro deixa o poder não como derrotado nas urnas, mas como um grande líder que reacendeu o patriotismo e com conquistas visíveis em relação a indicadores econômicos, enfrentando uma pandemia que destruiu nações economicamente. Fecha um ciclo entregando um país viável, porém, sem conseguir renovar seu mandato.

Caberá a Lula reconduzir o Brasil, como tem afirmado, ao cenário que merece, entre as maiores potências mundiais. Os brasileiros, principalmente os menos favorecidos, encaram o governo Lula com esperança de dias melhores. É um voto de confiança que a maioria concedeu ao ex-presidente que, nos dois mandatos, entregou o governo com alto índice de popularidade, mas teve sua imagem maculada com denúncias de desvios e corrupção.

O presidente Lula, agora diplomado, tem quatro anos para fazer um governo de coalizção, sensibilizando o Congresso em torno de propostas positivas para a população, recuperando a sua credibilidade e popularidade. Vai priorizar as demandas básicas da sociedade nas áreas da saúde pública e educação e combate à fome. Promete atender a maioria dos brasileiros que enfrentam o drama da sobrevivência sem qualquer dignidade.

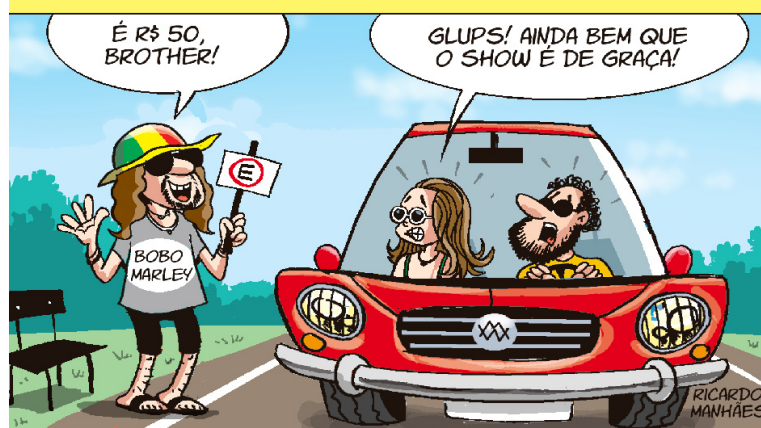
Todos somos brasileiros e queremos o melhor para nossa pátria. É preciso virar a página, olhar para frente, manter a democracia de pé, sob pena de recuarmos nas conquistas obtidas no enfrentamento dos graves problemas nacionais. A intolerância e o ódio não construirão um Brasil melhor. O país precisa de paz e tranquilidade institucional para encarar seus grandes desafios.



Artigos ou cartas, envie para opiniao@ndmais.com.br ou redacao@ndmais.com.br. Artigos devem ter 2.300 caracteres e ser acompanhados do nome do autor, email e foto.

Charge

ABERTURA DO VERÃO:
ESTACIONAMENTOS IMPROVISADOS FIZERAM A FESTA



Se todos pagarem, todos pagarão menos



José Antônio Farenzena

Auditor fiscal e presidente do Sindifisco SC

✉ sindifisco@sindifisco.org.br

Reparou como baixou a conta de luz? A mudança é reflexo direto da redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica, que passou de 25% para 17% em todos os Estados. O mesmo aconteceu com o imposto sobre combustíveis e telecomunicações, setores nos quais a mudança também trouxe alívio para o bolso de todos nós, consumidores.

A medida seria coerente se também houvesse um reequilíbrio da capacidade financeira do Estado, um planejamento prévio de como diminuir o impacto desta redução na arrecadação. É preciso considerar também que essa redução vai na contramão do que outros países do mundo estão fazendo, pois, ao diminuir o valor, acabamos incentivando o consumo de combustíveis fósseis, e a nossa matriz econômica também é problemática nesse sentido.

A saída deveria ser incentivar um ICMS mais moderno, com adoção de medidas alinhadas à preservação do meio ambiente. Claro que a redução das alíquotas é um alívio para todos, mas precisa haver gradualidade, medida compensatória e planejamento de compensação de receita, sob pena de impacto no equilíbrio financeiro e patrimonial do Estado.

Em Santa Catarina, a redução deve ser de, ao menos, R\$ 300 milhões por mês, ou R\$ 3,6 bilhões por ano. É mais que um mês inteiro de arrecadação do Estado. A pergunta é: como os Estados farão para cobrir esse rombo em suas

receitas? Dois são os caminhos mais coerentes. O primeiro é cobrar os devedores contumazes – aqueles que sabem que possuem um valor de tributos a serem pagos, mas que, reiteradamente, deixam de fazê-lo porque enxergam nessa prática uma forma de lucrar mais ou até mesmo de se financiar. Como não pagar de forma reiterada tributos declarados é considerada prática criminosa, não é raro que empresas invistam alto em advogados tributaristas a fim de judicializar a questão, retardando ao máximo o pagamento da dívida.

Um estudo recém divulgado pela Federação Nacional do Fisco apontou que os débitos de empresas e pessoas físicas inscritos na dívida ativa dos Estados brasileiros cresceram 45% de 2015 a 2021 e devem ultrapassar em 2022 a marca de R\$ 1 trilhão. Os dados fazem parte do Atlas da Dívida Ativa. Infelizmente, estima-se que o percentual de recuperação anual desses valores seja inferior a 1% do total.

Por isso, o segundo caminho, que julgo o mais factível, é trabalhar para que a dívida deixe de crescer nesta proporção e que não seja necessário judicializar sua cobrança. Este, junto com a luta por um sistema tributário menos regressivo, deve ser o foco da política tributária estadual perante a nova realidade do ICMS. A diminuição da alíquota é uma ponta da sonhada justiça tributária. A outra é a concorrência leal, onde todos pagam para que todos possam pagar menos.



MARIO J. GONZAGA PETRELLI
IN MEMÓRIA / FUNDADOR E PRESIDENTE
EMÉRITO GRUPO ND E GRUPO RIC

MARCELLO CORRÊA PETRELLI
PRESIDENTE GRUPO ND

ALBERTINO ZAMARCO JR.
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DERLY MASSAUD ANUNCIÇÃO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO

GILBERTO KLEINÜBING
DIRETOR COMERCIAL

LUÍS MENEZES
DIRETOR DE CONTEÚDO



ENDEREÇO:
AVENIDA DO ANTÃO, 1857
MORRO DA CRUZ, FLORIANÓPOLIS, SC
CEP 88025-150

TELEFONES:
(48) 3251-1430 / REDAÇÃO
(48) 3212-4104 / COMERCIAL
(48) 3251-1414 / CENTRAL DO ASSINANTE

ROBERTO BERTOLIN
DIRETOR REGIONAL FLORIANÓPOLIS
bertolin@ndtv.com.br

DIEGO ALMEIDA
SUPERVISOR OPERACIONAL
diego.almeida@ndmais.com.br

ANDRESSA DA ROSA LUZ
GERENTE COMERCIAL
andressa.luz@ndtv.com.br

RODRIGO LIMA
EDITOR-CHEFE
rodrigo.lima@ndmais.com.br